



MINISTÉRIO DO TURISMO
GABINETE DA SECRETARIA NACIONAL DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS, PARCERIAS E CONCESSÕES
 Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º/3º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900
 Telefone: - www.turismo.gov.br

Processo nº 72031.007791/2020-02

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 001/2020

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): 54000- Ministério do Turismo - MTur

Nome da autoridade competente: Débora Moraes da Cunha Gonçalves

Número do CPF: 050.600.854-14

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria Nacional de Atração e Investimentos, Parcerias e Concessões - SNAIC

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 540018/00001 - SNAIC/Convênio

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 540017/0001 - SNAIC/Contratos

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Nome da autoridade competente: Ubaldo Cesar Balthazar

Número do CPF: 169.288.149-34

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Laboratório de Transportes e Logística – LabTrans - UFSC

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 153163 – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED: 15237 – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

3. OBJETO:

A cooperação técnica entre o Ministério do Turismo – MTUR e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC contempla a realização de estudos e pesquisas relacionados ao planejamento do transporte turístico de passageiros no Brasil. Envolve o mapeamento, o diagnóstico e proposições referentes aos modos rodoviários, ferroviário, aquaviário e aéreo, contemplando sua infraestrutura e pontos de apoio, regulação, iniciativas de fomento, bem como a integração multimodal.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

O objetivo geral do trabalho consiste na proposta de plano de ação voltado à melhoria da mobilidade e da conectividade turística no Brasil e que possibilite gerar empregos e renda em curto e médio prazo. Para consecução do objetivo geral, o trabalho está estruturado em oito objetivos específicos, desdobrados em metas. Os objetivos específicos e suas respectivas metas são apresentados a seguir.

OBJETIVO 1 – LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO, AVALIAÇÃO DA ATUAL SITUAÇÃO LEGISLATIVA E REGULATÓRIA E DIAGNÓSTICO DE ROTAS PRIORITÁRIAS PARA O TRANSPORTE TURÍSTICO DE PASSAGEIROS INCLUSIVE COM POTENCIAL DE EXPLORAÇÃO PELO O SETOR PRIVADO

Considerando a extensão territorial nacional e a distribuição de polos turísticos por todo o país, é importante a identificação e o diagnóstico das rotas turísticas estratégicas para o desenvolvimento do setor.

Uma série de estudos e trabalhos referentes ao tema já foram desenvolvidos por entes públicos e privados, a citar a proposta intitulada “30 Rotas Turísticas Estratégicas”, do Ministério do Turismo, que foram identificadas rotas que perpassam 128 município nas 27 unidades da federação. Há ainda outros insumos que podem auxiliar na contextualização dos trabalhos a exemplo do Programa de Regionalização do Turismo e o Mapa do Turismo.

Adicionalmente, é fundamental a avaliação da atual situação legislativa e regulatória do setor de transportes do Brasil de forma a identificar possibilidades de aperfeiçoamento de leis, decretos e atos regulatórios.

Com base nos estudos já desenvolvidos para o setor e visando as demandas específicas deste estudo, o objetivo é estruturado nas metas apresentadas a seguir.

Meta 1 – Levantamento bibliográfico e documental sobre legislação, estudos e planos para o setor

Essa meta tem por objetivo levantar e sistematizar a legislação, a bibliografia, os estudos, planos e informações disponíveis referentes ao setor de mobilidade e conectividade turística no país. Serão realizadas pesquisas nas bases de dados acadêmicas e públicas a fim de identificar os dados disponíveis, que serão estruturados de forma a possibilitar o mapeamento do panorama do setor.

Esse levantamento dará especial atenção a intermodalidade, bem como da acessibilidade por via aérea e sua conectividade turística do aeroporto ao destino. Ações realizadas e em desenvolvimento no tocante aos terminais rodoviários, pontos de parada e descanso (PPD) para turistas, e as ruas completas, também estão inseridas no escopo deste levantamento.

Meta 2 – Avaliação criteriosa da atual situação legislativa e regulatória

Essa meta visa à avaliação criteriosa da atual situação legislativa e regulatória do setor, considerando o potencial intermodal, a conectividade visando os objetivos traçados pelo Comitê Interministerial de Turismo, instituído pelo Decreto nº 10.349/2020, que dispõe sobre a qualificação da política de atração de investimentos privados para o setor de turismo, coordenado pela Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia (SPPI) que tem como meta atração de investimentos privados aproveitando o potencial turístico brasileiro.

Meta 3 – Caracterização das informações existentes de seis rotas

Com base na indicação de seis rotas turísticas pelo MTur, será realizada a sistematização dos sistemas de transporte de passageiros, incluindo as características físicas, regionais e culturais das rotas prioritárias indicadas que poderão subsidiar as atividades do Comitê de Turismo da SPPI. Serão levantadas informações disponíveis sobre a infraestrutura, operação, integração e informação aos passageiros nas áreas de influência das rotas indicadas. Especial atenção será dada para a conectividade aérea e aos PPDs para turistas.

Meta 4 – Levantamento de informações *in-loco* de seis rotas turísticas selecionadas

A meta 4 tem como objetivo o levantamento em campo de seis rotas (indicadas nas metas anteriores) das condições e características específicas de conservação e características da circulação de turistas na área de abrangência da rota. Essas informações têm por objetivo refletir as condições atuais de manutenção da infraestrutura, identificar ativos com potencial de exploração pelo setor privado, bem como existência de pontos de apoio, sinalização e outras informações pertinentes para o fomento turístico da rota.

Meta 5 - Diagnóstico da infraestrutura aeroportuária de transportes existentes, das rotas selecionadas

Para as rotas indicadas, essa meta versará especificamente do diagnóstico da infraestrutura aeroportuária que atende a localidade. Serão mapeadas questões ligadas à infraestrutura e integração, bem como características de operação. O diagnóstico tem por objetivo apontar oportunidades e deficiências na acessibilidade aeroportuária dos sítios em questão.

Meta 6 - Identificação de potencial do transporte ferroviário turístico, das rotas selecionadas

A meta 6 abordará especificamente o diagnóstico da infraestrutura ferroviária, quando existente, ou sua potencialidade de atendimento a localidade. Serão mapeadas questões ligadas à infraestrutura e integração, bem como características de operação. O diagnóstico tem por objetivo apontar oportunidades e deficiências na acessibilidade ferroviária dos sítios em questão.

Meta 7 - Propostas de investimentos em infraestrutura viária das rotas selecionadas

De acordo com as rotas prioritárias selecionadas e indicadas ao PPI, serão definidos critérios e estratégias para o desenvolvimento de programa de investimentos e fomento aos PPDs, de forma a promover os níveis de conforto e segurança para os turistas ao longo das rotas selecionadas.

Meta 8 - Desenvolvimento de piloto para a base de dados georreferenciada dos elementos de infraestrutura em uma das rotas selecionadas

Essa meta visa o desenvolvimento de um protótipo da base de dados georreferenciada com os elementos de infraestrutura e os dados operacionais e de manutenção levantados nas rotas selecionadas nesse objetivo. Tem como propósito a sistematização das informações e identificação das informações necessárias para composição da base de dados georreferenciada.

Produtos esperados:**Produto 1:**

- Relatório contendo as informações e diagnósticos realizados nas metas 1, 2 e 3.

Produto 2:

- Relatório contendo as informações, levantamentos em campo e diagnósticos e propostas desenvolvidos nas metas 4, 5, 6 e 7.
- Base de dados georreferenciada contendo os elementos da infraestrutura e levantamentos das rotas prioritárias indicadas, elaborada na meta 8.

OBJETIVO 2 – AVALIAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, COM VIÉS TURÍSTICO, EXISTENTE NAS 30 ROTAS ESTRATÉGICAS

Com base no documento das 30 rotas estratégicas e nas definições do MTur, este objetivo visa o levantamento e o diagnóstico das infraestruturas de transporte disponíveis nesses eixos aos viajantes. O diagnóstico apresentará o panorama atual das condições de transporte nas rotas turísticas estratégicas no Brasil, de forma a prover subsídios para o planejamento do setor.

Serão levantadas e avaliadas informações referentes aos transportes terrestres aéreo, incluindo vias, terminais, pontos de apoio e informações ao usuário. As metas estabelecidas para a consecução deste objetivo são apresentadas na sequência.

Meta 1 – Levantamento e estruturação da infraestrutura de transportes existentes

Tem por objetivo, para cada rota, o levantamento e caracterização da infraestrutura de transporte de passageiros na rota, incluindo as condições de integração, de informação ao usuário, bem como de operação dos sistemas de transportes existentes.

Meta 2 – Diagnóstico da infraestrutura aeroportuária de transportes existentes, destacando as situações de integração entre outros modos de transporte (conectividade aeroportuária)

A meta 2 visa diagnosticar as condições de circulação de passageiros nas rotas prioritárias, de forma a avaliar a oferta de infraestrutura, a conectividade aeroportuária, a integração modal, a informação aos usuários, e as características operacionais dos sistemas de transporte. Tem por objetivo identificar oportunidades e deficiências dos trechos em questão.

Meta 3 – Diagnóstico da infraestrutura e dos serviços dos terminais rodoviários interestaduais, intermunicipais e urbanos

Essa meta visa o levantamento e diagnóstico da infraestrutura disponível e dos serviços ofertados pelos terminais rodoviários interestaduais, intermunicipais e urbanos que operam linhas interestaduais, de forma a avaliar as características do serviço oferecido, bem como suas condições de integração com os demais modais existentes, destacando-se a sua condição de conectividade dos aeroportos que atendem a área de influência das rotas prioritárias.

Meta 4 – Diagnóstico das rodovias, das estradas vicinais e dos pontos de apoio

A meta 4 tem como finalidade o diagnóstico das rodovias, estradas vicinais e dos pontos de apoio e pontos de parada e descanso nas rotas de interesse, de forma a identificar potenciais e gargalos da temática e possibilitar a criação de programas de incentivo e fomento na área.

Meta 5 – Diagnóstico das vias e mobiliários urbanos

Para as rotas que atendam áreas urbanas, será realizado o mapeamento e o diagnóstico dos mobiliários urbanos vocacionados ao turismo, de forma a mapear potenciais oportunidades de fomento do setor, principalmente aquelas ligadas a implantação de ruas completas. Esse diagnóstico tem como objetivo prover informações para a criação de programas de fomento e incentivo ao desenvolvimento urbano vocacionado para o turismo em vias e áreas urbanas integrantes das rotas turísticas prioritárias.

Meta 6 – Diagnóstico do transporte ferroviário turístico existente

A meta 6 visa mapear e diagnosticar o transporte ferroviário turístico de passageiros, quando existente, bem como identificar oportunidade de implementação e oferta desses serviços, seja por meio de reaproveitamento de malha ferroviária existente subutilizada, bem como implantação de novos serviços quando pertinente.

Meta 7 – Diagnóstico da estrutura e dos serviços aquaviários existentes/com potencial turístico

Considerando a existência ou viabilidade potencial de serviços de transporte aquaviário de passageiros, e também sua conectividade com os demais sistemas de transporte e pontos de apoio ao usuário, essa meta tem por finalidade mapear e diagnosticar a operação existente ou características potenciais de implantação do modo de transporte nas rotas prioritárias.

Meta 8 – Análise SWOT, possibilitando a sintetização do diagnóstico em uma matriz de identificação dos principais pontos a serem atacados no planejamento curto e médio prazo.

A última meta desse objetivo específico tem por finalidade a estruturação das informações em uma matriz de SWOT, a qual tem por finalidade a identificação das forças e fraquezas, bem como oportunidades e ameaças para cada uma das rotas estratégicas, de forma a possibilitar o planejamento estratégico de incentivo e fomento ao turismo por meio da acessibilidade de passageiros em cada uma das rotas.

Produtos esperados:**Produto 3:**

- Relatório contendo os levantamentos e diagnósticos desenvolvidos nas metas 1, 2, 3 e 4.

Produto 4:

- Relatório contendo os diagnósticos realizados e a análise de *SWOT* nas metas 5, 6, 7 e 8.

OBJETIVO 3 – DESENVOLVIMENTO DE BASE GEORREFERENCIADA COM OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DE INFRAESTRUTURA E INFORMAÇÕES DAS 30 ROTAS TURÍSTICAS

O Objetivo 3 tem por finalidade prover o Ministério do Turismo de bases cadastrais, incluindo informações geográficas, de modo a permitir a visualização da infraestrutura existente disponível para o setor.

Tais informações, sistematizadas a partir dos dados levantados, além do aspecto de visualização, tornam mais eficaz o processo de planejamento e o estabelecimento de processos de melhoria contínua do setor.

As metas estabelecidas para o atingimento do Objetivo 3 são apresentadas abaixo.

Meta 1 – Definição dos elementos integrantes da base

Essa meta tem como objetivo, conjuntamente com o MTur, a definição dos elementos que serão integrantes da base de dados.

Meta 2 – Coleta e sistematização de informações

A meta 2 visa a coleta e estruturação das informações integrantes da base de dados (definidas na Meta 1).

Meta 3 – Desenvolvimento da base de dados georreferenciada

A última atividade desse objetivo consiste no desenvolvimento propriamente dito da base de dados georreferenciada contendo os elementos de infraestrutura e dos componentes da mobilidade e conectividade turística, definidos, coletados e sistematizados nas metas anteriores.

Produto esperado:**Produto 5:**

- Base de dados georreferenciada, contendo os elementos pré-determinados para consulta, análise e demais funcionalidades com suporte ao Sistema de Informações Geográficas, em operação no Ministério.

OBJETIVO 4 – DIRETRIZES PARA O ESTABELECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS PARA A MOBILIDADE E CONECTIVIDADE TURÍSTICA

Este objetivo tem por finalidade a proposição de diretrizes para o estabelecimento de políticas públicas integradas para o desenvolvimento da mobilidade e conectividade turística, e desenvolvimento do setor de transportes de passageiros em interface com o turismo, no Brasil.

Engloba diretrizes para a integração do planejamento dos diversos setores até então enfocados, no tocante à integração multi e intermodal, à oferta e melhorias das infraestruturas, aos serviços de informações aos usuários, ao ambiente de negócios e regulação, entre outros.

As metas integrantes desse objetivo são apresentadas na sequência.

Meta 1 – Estrutura do Plano de Ação

A primeira meta desse objetivo visa a elaboração de um plano de ação para a conectividade e mobilidade do setor turístico em desenvolvimento, tendo em vista a regionalização turística, e com base na análise desenvolvida no Objetivo 2, bem como nas estratégias dos setores do transporte e do turismo brasileiros.

O plano de ação desenvolvido deve balizar as propostas de ações a serem adotadas para os modos de transporte, trabalhados nas próximas metas deste Objetivo.

Meta 2 – Planejamento do Setor Aeroportuário

É escopo dessa meta a elaboração de propostas de melhorias dos acessos, serviços e experiências no que tange à infraestrutura aeroviária do país, a partir da avaliação geral do setor em interface com o turismo e das análises realizadas até então.

Meta 3 – Planejamento do Setor Rodoviário

É escopo dessa meta a elaboração de propostas de melhorias dos acessos, serviços e experiências no que tange à infraestrutura rodoviária do país, a partir da avaliação geral do setor em interface com o turismo e das análises realizadas até então. Engloba critérios para o aprimoramento dos terminais rodoviários e de pontos de apoio ao viajante.

Meta 4 – Planejamento do Setor de Mobilidade Urbana

É escopo dessa meta a elaboração de propostas de melhorias dos acessos, serviços e experiências no que tange às vias e mobiliários urbanos de interesse turístico do país, a partir das análises realizadas até então. Abrange o desenvolvimento de estratégias que visem à melhoria da segurança viária, da sinalização, da ambiência e da valorização do pedestre (turista).

Meta 5 – Planejamento do Setor Ferroviário

É escopo dessa meta a elaboração de propostas de melhorias dos acessos, serviços e experiências no que tange à infraestrutura ferroviária do país, a partir da avaliação geral do setor em interface com o turismo e das análises realizadas até então.

Meta 6 – Planejamento do Setor Hidroviário

É escopo dessa meta a elaboração de propostas de melhorias dos acessos, serviços e experiências no que tange à infraestrutura hidroviária do país, a partir da avaliação geral do setor em interface com o turismo e das análises realizadas até então.

Produtos Esperados:

Produto 6:

- Relatório contendo as estratégias e propostas desenvolvidas nas metas 1, 2, 3, 4, 5 e 6. **Produto 7:**

- Seminário nacional online para apresentar o mapeamento das infraestruturas de transporte das 30 Rotas Turísticas Estratégicas (resumo dos Produtos 1 a 5), com foco na exposição do conteúdo referente aos terminais rodoviários e às ruas turísticas, uma vez que o público-alvo deve ser, prioritariamente, representantes dos 158 municípios das rotas estratégicas.

OBJETIVO 5 – ESTABELECIMENTO DE ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO MULTIMODAL

Este objetivo busca subsidiar o incremento da eficiência da prestação dos serviços de transporte de passageiros com vocação turística ao propor diretrizes para otimização dos sistemas de transporte através da adequada integração multi e intermodal.

As metas estabelecidas para consecução deste objetivo são apresentadas a seguir e visam orientar a atuação do Ministério do Turismo em nível nacional.

Meta 1 – Levantamento bibliográfico para caracterização dos conceitos de “cidades-âncoras” e “cidades-satélites” para a mobilidade e conectividade turística do Brasil

Considerando a extensão territorial nacional e a distribuição de polos turísticos por todo o país, esta meta objetiva levantar e sistematizar informações e conceitos da literatura do turismo e dos transportes para proporcionar a identificação, no tocante à mobilidade e conectividade turística, de cidades-âncora e suas cidades-satélites, para subsidiar a construção de matriz origem-destino potenciais para o setor do turismo brasileiro (próxima meta).

Meta 2 – Panorama da intermodalidade de transportes, a partir de cidades-âncoras identificadas

Esta meta visa desenvolver uma matriz origem-destino de ligações potenciais para o setor do turismo brasileiro, a partir do diagnóstico das infraestruturas de transportes que foi realizado nos produtos anteriores, englobando a avaliação das condições de integração dos sistemas e modos de transporte existentes.

Meta 3 – Diretrizes para otimização da integração multimodal dos sistemas de transporte

Com base no panorama elaborado na meta anterior, a terceira meta tem como finalidade a proposição de diretrizes estratégicas para promoção da integração entre os modos de transporte existentes e propostos, de forma a incentivar a melhoria da mobilidade e conectividade turística e acessibilidade.

Meta 4 – Proposição de critérios e ferramentas para orientação de municípios

Tendo em vista que os representantes governamentais e *trade* turístico atuam em nível local e que, a integração inter e multimodal perpassa essa alçada de decisão, a última meta deste Objetivo tem o intuito de sugerir uma metodologia para a priorização de investimentos nesse âmbito. A finalidade é munir os responsáveis com critérios e ferramentas que proporcionem tanto a realização de diagnósticos dos setores de transporte turístico locais, quanto a apresentação de soluções aos gargalos identificados.

Produtos Esperados:**Produto 8:**

- Relatório contendo levantamento bibliográfico, matriz origem/destino e diretrizes para a otimização intermodal desenvolvidas nas metas 1, 2 e 3.

Produto 9:

- Relatório contendo metodologia para a priorização de investimentos desenvolvida na meta 4.

OBJETIVO 6 - PLANO DIRETOR DE MOBILIDADE E CONECTIVIDADE TURÍSTICA

Atualmente, estão disponíveis diferentes informações correlatas aos sistemas de mobilidade e transportes que dão suporte à circulação dos turistas em território nacional, que demandam integração estratégica para identificação dos potenciais fluxos de circulação afetos ao setor turístico. Como exemplo, pode-se citar o desenvolvimento de matrizes de origem-destino de passageiros, por meios terrestres e aéreos, pela Secretaria da Aviação Civil (SAC) utilizando informações de *big data* disponíveis no âmbito do Governo Federal, com base de dados de telefonia móvel.

O plano diretor proposto visa estabelecer critérios para priorização e direcionamento de recursos para ações de impacto no setor da mobilidade e conectividade turística, por meio de estabelecimento de diretrizes tecnológicas comuns, condições de operação, integração e prestação de serviços, bem como de regulação, de forma a proporcionar ações de fomento e expansão do turismo brasileiro.

As metas estabelecidas para a consecução deste objetivo são:

Meta 1 – Sistematização de base de dados de origem-destino consolidada

Tem por finalidade o mapeamento dos fluxos de interesse turístico no Brasil.

Meta 2 – Elaboração do Plano Diretor

O desenvolvimento do Plano Diretor de Mobilidade e Conectividade Turística deverá considerar propostas de projetos intermodais e integrados de passageiros, com foco no turismo, por modos de transporte, além de diretrizes tecnológicas para sistemas de informação ao usuário de apoio ao transporte turístico, e levantamento de fontes de recursos para os investimentos.

Produto Esperado:**Produto 10:**

- Base de dados estabelecida e relatório contendo a proposta do Plano Diretor de Mobilidade e Conectividade Turística.

OBJETIVO 7 – APOIO TÉCNICO E CAPACITAÇÕES AOS SETORES PÚBLICOS LOCAIS E ENTIDADES PRIVADAS LIGADAS AO TURISMO

As atividades deste objetivo visam prover suporte técnico e capacitação aos sujeitos envolvidos com entidades públicas e privadas do turismo, com ênfase no incremento da mobilidade e conectividade de transportes deste setor. Para isso, visa-se desenvolver metodologia de capacitação, considerando a elaboração de curso de Educação à Distância (EaD) a ser disponibilizado, preferencialmente, na plataforma da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, ou em outras plataformas online.

As metas estabelecidas neste objetivo são apresentadas na sequência.

Meta 1 – Identificação de público-alvo

Tem como escopo a identificação dos agentes envolvidos, e potenciais, nos processos de implementação de estratégias e diretrizes desenvolvidas na presente cooperação técnica, para delimitação do público-alvo da capacitação.

Meta 2 – Estabelecimento de conteúdos e ferramentas de aplicação

Esta meta visa a definição estratégica dos conteúdos da capacitação técnica, com e/ou sem tutoria, no formato de módulos de aprendizagem, bem como as possíveis formas de aplicação, visando à operacionalização das diretrizes estratégicas estabelecidas.

Produtos Esperados:

Produto 11:

- Relatório contendo o texto-base para capacitação técnica.

Produto 12:

- Evento de apresentação do estudo e lançamento da capacitação técnica.

A seguir, consta o cronograma de execução:

	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	
OBJETIVO/MÊS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	
1																									
2																									
3																									
4																									
5																									
6																									
7																									
ENTREGAS		P1			P2			P3	P4			P5			P6	P7		P8	P9			P10		P11	P12
DESEMBOLSOS	D1	D2			D3				D4			D5				D6		D7				D8		D9	
	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	

DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE, SIGILO E NÃO DIVULGAÇÃO

Por se tratar de um Termo de Execução Descentralizada, serão compartilhados (50%/50%) entre a UG/GESTÃO-REPASSADORA e a UG/GESTÃO-RECEBEDORA, desde que tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos em função do TED a ser celebrado, os direitos de propriedade de patentes, protótipos, programas de computador, bem como toda documentação gerada, remanescentes na data de conclusão ou extinção do presente Termo, e demais bens enquadrados em igual situação.

O uso dos resultados dos trabalhos decorrentes do presente Termo de Execução Descentralizada, em outras atividades de pesquisa não contempladas neste escopo, poderá ser efetivado de comum acordo entre as partes.

Os participantes se comprometem a manter sigilo sobre as informações geradas durante a execução das atividades do presente Termo de Execução Descentralizada, sendo vedada, sem autorização por escrito, da UG/Gestão-Repassadora e da UG/Gestão-Recebedora, sua divulgação a terceiros que não estejam envolvidos no desenvolvimento do objeto deste Termo de Execução Descentralizada.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

Este documento corresponde ao Plano de Trabalho elaborado em conjunto pelo Ministério do Turismo e a UFSC a ser executado no âmbito do Termo de Execução Descentralizada, que tem como objetivo geral o desenvolvimento de estudos, bases cadastrais e instrumentos de planejamento com o objetivo de subsidiar o Ministério do Turismo nas ações de estímulo ao setor por meio da qualificação dos sistemas de transporte de passageiros integrados e vocacionados ao turismo. Considerando as características turísticas nacionais, bem como o cenário econômico pós-pandemia de COVID-19, a mobilidade e conectividade turística se apresenta como importante e viável alternativa para estímulo ao setor e desenvolvimento econômico sustentável.

O Decreto nº 10.359/2020, no seu anexo I, estabelece a estrutura regimental do Ministério do Turismo e as competências de seus órgãos. No que tange aos assuntos afetos à mobilidade e conectividade turística, os artigos 18 e 19 registram as seguintes competências à Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões (SNAIC) e ao Departamento de Ordenamento, Parcerias e Concessões (DOPC), respectivamente:

“Art. 18. À Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões compete:

I - definir diretrizes, políticas, objetivos e metas para fomentar os planos, os programas, os projetos e as ações relacionados ao ordenamento territorial, à atração de investimentos, parcerias e concessões, à melhoria da mobilidade e à conectividade, no âmbito do turismo;

Art. 19. Ao Departamento de Ordenamento, Parcerias e Concessões compete:

(...)

VII - formular, implementar, fomentar, monitorar e avaliar os planos, os programas, os projetos e as ações que visem:

(...)

c) a melhoria da mobilidade e da conectividade turística, com a integração dos modais de transporte; e” (grifo nosso).

A efetiva melhoria da mobilidade e conectividade turística passa pelo necessário e desejável desenvolvimento de pesquisas e estudos, levantamento de informações, constituição de bases de dados, inclusive georreferenciados, estabelecimento de mecanismos de comunicação e transferência de conhecimentos, além de proposições de planos de ação voltadas às áreas de mobilidade e desenvolvimento regional e urbano, transportes rodoviário, ferroviário, aeroviário e aquaviário, com foco na promoção do turismo do país.

O Brasil possui diferentes realidades com diagnósticos de necessidades específicas em termos de deslocamentos de pessoas em território nacional, exigindo por sua vez um considerável esforço na identificação de soluções e na definição de diretrizes e políticas públicas para fomentar o turismo brasileiro.

Desta forma, a presente proposta visa estruturar uma sólida base de informações e conhecimentos para o apoio à SNAIC do Ministério do Turismo no cumprimento de suas competências e missão, conforme se esclarece adiante, permitindo a criação de um ambiente favorável à tomada de decisões governamentais.

A se considerar as dimensões continentais brasileiras, bem como a diversidade regional e de atrativos turísticos, é premente o planejamento integrado das condições de locomoção dos turistas em território nacional, provendo infraestrutura e informações, promovendo assim conforto, segurança e viabilidade aos deslocamentos, gerando eficiência e atratividade ao setor.

Considerando o aspecto integrativo das condições de locomoção do turista, ações, também, integradas de planejamento e investimento são necessárias, a exemplo da previsão legal já existente nos instrumentos do Fundo Nacional de Aviação (FNAC).

Em linhas gerais, são consideradas premissas desta proposta:

- A existência do desejo das viagens, para diversos destinos e por uma série de modos de transportes.
- A Necessidade de recuperação do setor de transporte de passageiros, pós-pandemia.
- O setor turístico poderia funcionar como mola propulsora no sentido de incentivar o transporte multimodal de passageiros e vice-versa.
- A Necessidade de ações integradas de estímulo à melhoria da mobilidade e conectividade turística.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

() Sim

(x) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

() Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(x) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(x) Sim

() Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1) Custos indiretos destinados para UFSC 7%: conforme Art. 26. Da Resolução Normativa Nº 88/2016/CUn, de 25 de outubro de 2016:

I – 1% (um por cento) destinado à unidade universitária de origem do processo;

II – 2% (dois por cento) destinados ao departamento de ensino ou a setores equivalentes (órgãos administrativos ou órgãos suplementares) de origem do projeto;

III – 4% (quatro por cento) distribuídos da seguinte forma:

a) 0,9% para incrementar os Programas de Bolsas de Extensão;

b) 0,6% para incrementar os Programas de Bolsas de Monitoria e Estágio;

c) 1% para a constituição do Fundo de Extensão (FUNEX), gerenciado pela PROEX para incrementar e viabilizar ações de extensão;

d) 0,5% para incrementar ações de cultura gerenciadas pela Secretaria de Cultura e Arte;

e) 0,5% para incrementar ações de inovação gerenciadas pela Secretaria de Inovação;

f) 0,5% para incrementar Programas de Permanência gerenciados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

2) Custos indiretos destinados para Fundação de apoio 5,23%: - Ressarcimento de Custos Operacionais e Administrativo – REDOA.

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
OBJETIVO 1	Levantamento bibliográfico, avaliação da atual situação legislativa e regulatória e diagnóstico de rotas prioritárias para o transporte turístico de passageiros inclusive com potencial de exploração pelo o setor privado	Relatórios	3			Mês 1	Mês 5
META 1	Levantamento bibliográfico e documental sobre legislação, estudos e planos para o setor						
META 2	Avaliação criteriosa da atual situação legislativa e regulatória	Produto	1			Mês 1	Mês 2
META 3	Caracterização das informações existentes de seis rotas						
PRODUTO	Relatório contendo as informações e diagnósticos realizados nas metas 1, 2 e 3.	Relatório	1	50%	50%	Mês 1	Mês 2
META 4	Levantamento de informações in-loco de seis rotas turísticas selecionadas.						
META 5	Diagnóstico da infraestrutura aeroportuária de transportes existentes, das rotas selecionadas.						
META 6	Identificação de potencial do transporte ferroviário turístico, das rotas selecionadas.	Produto	1			Mês 3	Mês 5
META 7	Propostas de investimentos em infraestrutura viária das rotas selecionadas						
META 8	Desenvolvimento de piloto para a base de dados georreferenciada dos elementos de infraestrutura em uma das rotas selecionadas.						
PRODUTO	Relatório contendo as informações, levantamentos em campo e diagnósticos e propostas desenvolvidos nas metas 4, 5, 6 e 7. Base de dados georreferenciada contendo os elementos da infraestrutura e levantamentos das rotas prioritárias indicadas, elaborada na meta 8	Relatórios	2	10,50%	10,50%	Mês 3	Mês 5
OBJETIVO 2	Avaliação e diagnóstico da infraestrutura de transportes, com viés turístico, existente nas 30 rotas estratégicas	Relatórios	2			Mês 6	Mês 9
	Levantamento e						

META 1	estruturação da infraestrutura de transportes existentes.	Produto	1			Mês 6	Mês 8
META 2	Diagnóstico da infraestrutura aeroportuária de transportes existentes, destacando as situações de integração entre outros modos de transporte (conectividade aeroportuária).						
META 3	Diagnóstico da infraestrutura e dos serviços dos terminais rodoviários interestaduais, intermunicipais e urbanos.						
META 4	Diagnóstico das rodovias, das estradas vicinais e dos pontos de apoio.						
PRODUTO	Relatório contendo os levantamentos e diagnósticos desenvolvidos nas metas 1, 2, 3 e 4.	Relatório	1	4%	4%	Mês 6	Mês 8
META 5	Diagnóstico das vias e mobiliários urbanos.						
META 6	Diagnóstico do transporte ferroviário turístico existente.						
META 7	Diagnóstico da estrutura e dos serviços aquaviários existentes/com potencial turístico.	Produto	1			Mês 9	Mês 9
META 8	Análise SWOT, possibilitando a sintetização do diagnóstico em uma matriz de identificação dos principais pontos a serem atacados no planejamento curto e médio prazo.						
PRODUTO	Relatório contendo os diagnósticos realizados e a análise de SWOT nas metas 5, 6, 7 e 8.	Relatório	1	4%	4%	Mês 9	Mês 9
OBJETIVO 3	Desenvolvimento de base georreferenciada com os principais elementos de infraestrutura e informações das 30 rotas turísticas	Relatório	1			Mês 2	Mês 12
META 1	Definição dos elementos integrantes da base.						
META 2	Coleta e sistematização de informações	Produto	1			Mês 2	Mês 12
META 3	Desenvolvimento da base de dados georreferenciada.						
PRODUTO	Base de dados georreferenciada, contendo os elementos pré-determinados para consulta, análise e demais funcionalidades com	Relatório	1	8%	8%	Mês 2	Mês 12

	suporte ao Sistema de Informações Geográficas, em operação no Ministério.						
OBJETIVO 4	Diretrizes para o estabelecimento de políticas públicas integradas para a mobilidade e conectividade turística.	Relatórios	2			Mês 10	Mês 15
META 1	Estrutura do Plano de Ação.						
META 2	Planejamento do Setor Aeroportuário, com foco no setor turístico, em articulação com o MINFRA.						
META 3	Propostas para reestruturação dos terminais rodoviários de interesse.	Produto	1			Mês 10	Mês 13
META 4	Propostas de investimentos em infraestrutura viária.						
PRODUTO	Relatório contendo as estratégias e propostas desenvolvidas nas metas 1, 2, 3 e 4.	Relatório	1	4%	4%	Mês 10	Mês 13
META 5	Qualificação de vias e mobiliários urbanos em localidades turísticas.						
META 6	Aplicação do conceito de Desenvolvimento Urbano Orientado ao Transporte Sustentável.						
META 7	Incremento do transporte ferroviário turístico.	Produto	1			Mês 13	Mês 15
META 8	Incremento do transporte aquaviário turístico.						
PRODUTO	Relatório contendo as estratégias e propostas desenvolvidas nas metas 5, 6, 7 e 8.	Relatório	1	4%	4%	Mês 13	Mês 15
OBJETIVO 5	Estabelecimento de programa de integração multimodal	Relatório	1			Mês 15	Mês 18
META 1	Panorama do transporte inter e multimodal nas principais rotas turísticas.						
META 2	Proposição de diretrizes para promoção da integração.	Produto	1			Mês 15	Mês 18
META 3	Elaboração de portfólio de projetos integrados						
PRODUTO	Relatório contendo o panorama do transporte inter e multimodal, bem como a proposição de diretrizes e o portfólio de projetos integrados, desenvolvidos nas metas 1, 2 e 3.	Relatório	1	8%	8%	Mês 15	Mês 18
OBJETIVO 6	Proposição de diretrizes para implantação de programa de conservação e manutenção de trechos rodoviários de interesse turístico	Relatório	1			Mês 15	Mês 19
	Estabelecimento dos						

META 1	critérios e padrões de segurança, conforto e informações aos usuários.	Produto	1			Mês 15	Mês 19
META 2	Ferramentas para priorização de segmentos visando o investimento.						
META 3	Identificação dos agentes envolvidos e diagnóstico de atuação.						
META 4	Proposição de diretrizes para implantação do programa de conservação e manutenção de rodovias turísticas.						
PRODUTO	Relatório contendo os critérios, ferramentas, identificação de agentes envolvidos e diretrizes para implantação de programa de conservação e manutenção de rodovias, desenvolvidos nas metas 1, 2, 3 e 4.	Relatório	1	2,5%	2,5%	Mês 15	Mês 19
OBJETIVO 7	Plano diretor de mobilidade e conectividade turística.	Relatório	1			Mês 13	Mês 21
META 1	Sistematização da Base de dados de Origem/Destino consolidada.						
META 2	Desenvolvimento do plano diretor de mobilidade e conectividade turística.	Produto	1			Mês 13	Mês 21
PRODUTO	Base de dados e de Matrizes de Origem/Destino entre os polos turísticos estabelecidos. Relatório contendo a proposta de plano diretor de mobilidade e conectividade turística.	Relatórios	2	2,5%	2,5%	Mês 13	Mês 21
OBJETIVO 8	Apoio técnico e capacitações aos setores públicos locais e entidades privadas ligadas ao turismo	Relatórios	2			Mês 21	Mês 24
META 1	Identificação dos agentes envolvidos.						
META 2	Definição da demanda por treinamentos e estabelecimento de conteúdos e possíveis ferramentas de aplicação.	Produto	1			Mês 21	Mês 23
META 3	Elaboração do plano de capacitação.						
PRODUTO	Relatório contendo o plano de capacitação técnica.	Relatório	1	2,5%	2,5%	Mês 21	Mês 23
META 4	Realização das capacitações.	Produto	1			Mês 24	Mês 24
PRODUTO	Workshop de apresentação do estudo e lançamento do plano de capacitação.	Relatório	1	-	-	Mês 24	Mês 24

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
Mês 1 - Até 10 dias após Publicação do TED no Diário Oficial da União	R\$ 310.000,00
Mês 2 - na entrega e aprovação do Produto 1 - P1	R\$ 390.000,00
Mês 5 - na entrega e aprovação do Produto 2 - P2	R\$ 146.910,00
Mês 9 - na entrega e aprovação dos Produtos 3 e 4 - P3 e P4	R\$ 111.920,00
Mês 12 - na entrega e aprovação do Produto 5 - P5	R\$ 111.920,00
Mês 16 - na entrega e aprovação dos Produtos 6 e 7 - P6 e P7	R\$ 111.920,00
Mês 18 - na entrega e aprovação do Produto 8 - P8	R\$ 111.920,00
Mês 21 - na entrega e aprovação dos Produtos 9 e 10 - P9 e P10	R\$ 69.950,00
Mês 23 - na entrega e aprovação do Produto 11 - P11	R\$ 35.015,00

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO – PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
33.90.39	SIM	R\$ 1.399.555,00

12. PROPOSIÇÃO

Brasília, /12/2021.

(Assinatura Eletrônica)
UBALDO CESAR BALTHAZAR
 Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

13. APROVAÇÃO

Brasília, /12/2021.

(assinado eletronicamente)
DÉBORA MORAES DA CUNHA GONÇALVES
 Secretária Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões



Documento assinado eletronicamente por **UBALDO CESAR BALTHAZAR**, Usuário Externo, em 08/12/2021, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Débora Moraes da Cunha Gonçalves**, Secretário(a) Nacional da SNAIC, em 14/12/2021, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **1290926** e o código CRC **4BA7B1A7**.